



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO 043/2026

O **MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA**, com sede na Avenida Flores da Cunha, nº. 2209, nesta cidade, CNPJ/Mf nº. 87.990.800/0001-85, neste ato representado pela Prefeita, Sr. **JUSSARA MARIA DA SILVA**, a seguir denominado simplesmente CONTRATANTE, e **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, empresa inscrita no CNPJ/MF sob nº. **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, estabelecido na, nº., CEP XX.XXX-XXX, Bairro, na cidade de, a seguir denominada CONTRATADA, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações e ao Decreto Municipal nº. 7.589 de 27 de dezembro de 2022, firmam o presente Contrato de Prestação de Serviço, relativo originário do Pregão Eletrônico 043/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Licitação constitui-se na contratação de **leiloeiro oficial, regularmente matriculado na Junta Comercial competente, para prestação de serviços técnicos especializados de organização, preparação, divulgação, operacionalização e condução de leilão público eletrônico destinado à alienação de bens móveis inservíveis, antieconômicos ou ociosos** pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha/RS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME JURÍDICO

2.1. Ficam conferidas ao CONTRATANTE as prerrogativas do artigo 104 da Lei Federal nº. 14.133/21, sendo que os casos omissos serão resolvidos na forma disciplinada pelo artigo 89 da Lei Federal nº. 14.133/21.

2.2. Aplicam-se ao presente instrumento o disposto na Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores, bem como o disposto no Edital de nº. 043/2025, seus anexos e supletivamente, as regras de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura podendo ser prorrogado por igual período, mediante termo aditivo celebrado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. A remuneração do leiloeiro contratado, será paga exclusivamente pelo arrematante, nos termos do art. 24 do Decreto nº 21.981/1932, que estabelece comissão máxima de 5% sobre o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

valor da arrematação. Dessa forma, não haverá repasse de valores pela Administração Pública ao leiloeiro, configurando uma contratação sem ônus para o Município.

CLÁUSULA QUINTA– DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A remuneração do contratado será suportada exclusivamente pelo arrematante, mediante comissão incidente sobre o valor da arrematação dos bens móveis, observada a taxa referencial de 5% (cinco por cento) prevista no art. 24 do Decreto nº 21.981/1932 e o percentual resultante da proposta vencedora da licitação, não havendo geração de ônus financeiro direto à Administração Pública Municipal.

5.2. Concluído o certame, a contratada deverá encaminhar à Administração Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ou em prazo diverso expressamente estabelecido no edital ou no contrato, a documentação necessária à prestação de contas da execução do leilão, incluindo:

- a)** ata do leilão;
- b)** relatório dos lotes arrematados e fracassados;
- c)** identificação dos arrematantes;
- d)** demonstrativo dos valores arrecadados;
- e)** comprovantes pertinentes à execução do certame;
- f)** demais documentos relacionados à prestação de contas.

5.3. O recebimento dos serviços ocorrerá mediante verificação do cumprimento das obrigações contratuais e da adequada execução do leilão, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4. Não se aplica garantia contratual específica ao objeto, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pela adequada execução dos serviços e pela correção de eventuais inconsistências verificadas na operacionalização do certame.

CLÁUSULA SEXTA – DO INÍCIO DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

6.1. A prestação de serviços de leiloeiro terá início conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração.

6.2. O objeto do contrato será recebido:

6.2.1. Definitivamente, pelo gestor – em conjunto com o fiscal do contrato – e o secretário da pasta, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

6.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.4. Para fins de aferição da adequada execução do objeto, serão observados, no mínimo, os seguintes critérios:

- a)** disponibilização e funcionamento regular da plataforma eletrônica;
- b)** prestação do suporte técnico presencial previsto no Termo de Referência durante as etapas de planejamento e preparação do leilão;
- c)** realização da divulgação do certame nos meios previstos;
- d)** condução regular da sessão pública de lances;
- e)** emissão das atas, relatórios e documentos pertinentes;
- f)** apresentação da prestação de contas ao término do certame;
- g)** cumprimento das demais obrigações previstas na contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1.** Estar regularmente matriculado na Junta Comercial, conforme o Decreto nº 21.981/1932;
- 7.2.** Realizar a organização, divulgação e condução do leilão, de forma presencial e/ou eletrônica;
- 7.3.** Zelar pela ampla publicidade dos certames, com uso de meios adequados (jornal, internet e site oficial);
- 7.4.** Apresentar relatórios detalhados de prestação de contas após cada leilão;
- 7.5.** Arrecadar e repassar à Prefeitura os valores líquidos dos bens arrematados, após dedução de tributos e comissão;
- 7.6.** Receber sua remuneração exclusivamente por meio de comissão paga pelo arrematante, sem gerar qualquer custo à Administração;
- 7.7.** Respeitar as normas legais e contratuais, bem como atender prontamente às orientações da Comissão Organizadora e dos gestores/fiscais do contrato;
- 7.8.** Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua atuação;
- 7.9.** Manter sigilo e integridade dos dados e documentos públicos com os quais tiver contato;
- 7.10.** Cumprir pontualmente os prazos para entrega de documentos, relatórios e repasses;
- 7.11.** Fazer prova junto ao MUNICÍPIO, de acordo com os critérios estabelecidos por sua fiscalização, e sempre que solicitada, do fiel cumprimento de todas as obrigações aqui mencionadas, e aquelas exigidas quando da habilitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- 7.12.** Prestar o fornecimento do objeto disponibilizando os veículos, pessoal, equipamentos e acessórios necessários à adequada execução do contrato, em número suficiente para atendimento dos prazos estabelecidos pelo MUNICÍPIO;
- 7.13.** Responder perante o MUNICÍPIO por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, no cumprimento das obrigações de sua responsabilidade ou por erro seu em qualquer serviço, objeto deste Edital;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

7.14. Realizar todas as entregas relacionados com o objeto deste Edital, de acordo com as especificações estipuladas pelo MUNICÍPIO;

7.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, 11 de setembro de 1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia prestada, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.

7.16. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante;

7.17. Assumir todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do contrato, correndo por sua conta exclusiva a quitação desses tributos;

7.18. Cumprir fielmente todas as Especificações Técnicas contidas no Edital e seus Anexos, inclusive o TERMO DE REFERÊNCIA;

7.19. Compete à contratada executar integralmente os serviços necessários à realização do leilão público eletrônico, incluindo, no mínimo:

7.19.1. Disponibilizar plataforma eletrônica apta à realização do certame, assegurando acesso público, transparência, rastreabilidade e segurança das operações;

7.19.2. Prestar apoio técnico presencial à Administração Municipal na organização e estruturação dos lotes, bem como na preparação operacional do leilão;

7.19.3. Promover ampla divulgação do certame em meios eletrônicos e demais instrumentos de publicidade aplicáveis;

7.19.4. Realizar o cadastramento e suporte aos participantes interessados;

7.19.5. Conduzir a sessão pública de lances, observando a legislação aplicável e as condições estabelecidas no edital do leilão;

7.19.6. Controlar e registrar os lances e demais atos praticados durante o certame;

7.19.7. Emitir atas, relatórios, comprovantes e demais documentos relacionados à execução do leilão;

7.19.8. Prestar apoio operacional relacionado aos procedimentos de arrematação e retirada dos bens;

7.19.9. Apresentar prestação de contas detalhada à Administração Municipal ao término do certame.

7.20. A contratada deverá disponibilizar plataforma eletrônica com funcionamento compatível com a realização do certame, contendo, no mínimo:

a) ambiente de acesso público via internet;

b) sistema de registro cronológico dos lances;

c) identificação dos participantes e arrematantes;

d) emissão de relatórios e registros das operações realizadas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- e) mecanismos de rastreabilidade e segurança das informações;
- f) suporte técnico durante a realização do leilão.

7.21. Cumprir com todos os termos e condições constantes no respectivo contrato;

7.22. Deverá manter as condições de habilitação exigidas no certame.

7.23. Observar a vedação prevista no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal sob pena de extinção do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Disponibilizar ao leiloeiro oficial todas as informações, documentos e autorizações necessárias para execução dos leilões, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis;

8.2. Definir previamente, de forma clara e objetiva, os bens ou direitos a serem leiloados, indicando estado de conservação, localização e eventuais ônus;

8.3. Fornecer acesso aos bens para fins de vistoria, avaliação e preparação do edital de leilão;

8.4. Publicar no Diário Oficial e/ou nos meios de divulgação previstos, os avisos e editais de leilão, assegurando a publicidade exigida por lei;

8.5. Designar por meio de portaria comissão especial para acompanhar, fiscalizar e registrar os atos praticados pelo leiloeiro oficial durante a execução do contrato;

8.6. Prestar disponibilização do local, equipamentos e infraestrutura para o leilão;

8.7. Adotar as providências administrativas e jurídicas necessárias à efetivação da arrematação, transferência e entrega dos bens ou direitos leiloados;

8.8. Cumprir as demais obrigações previstas na legislação e no contrato firmado;

8.9. Fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA** todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do Contrato;

8.10. Notificar a **CONTRATADA**, formal e tempestivamente, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;

8.11. Emitir termo de Fiscalização;

8.12. Indicar, formalmente, o gestor/fiscal para acompanhamento/ fiscalização da execução contratual;

8.13. É dever do **CONTRATANTE**, sempre que houver necessidade, averiguada em processo formal, a aplicação à **CONTRATADA** das penalidade legais e contratuais;

8.14. Notificar a **CONTRATADA**, formal e tempestivamente, através da Secretaria Municipal de Administração – SMAD e por escrito, quanto o não cumprimento de cláusulas do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.15. A fiscalização e avaliação da execução do contrato caberá ao Gestor do Contrato e Fiscal de Contrato.

8.16. Comunicar imediatamente à **CONTRATADA** as irregularidades verificadas;

8.17. Fiscalizar a correta execução do objeto contratual aplicando, se necessário, as sanções e/ou penalidades constantes neste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1 A presente contratação não implicará ônus financeiro direto para Administração Pública, sendo assim, não há necessidades de previsão de dotação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO MODELO DE GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas pelos servidores abaixo, conforme o disposto no Decreto Municipal nº 7.685/2023, que regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Cachoeirinha, nos termos do art. 92, XVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.1. Gestão do contrato

Nome: Julian Gravina, matrícula nº 14083

10.1.2. Fiscalização do contrato

Nome: Edison Luis Kirst de Moraes, matrícula nº 15546

10.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

10.3. Verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

10.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle.

10.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.4.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O CONTRATADO cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 7589, de 2022, se realizar as seguintes condutas:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO se incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) ADVERTÊNCIA, como instrumento de diálogo e correção de conduta, nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave:

- I.1 – descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou contratual;
- I.2 – inexecução parcial de obrigação contratual de pequena relevância, a critério da Administração.

II) A sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR e CONTRATAR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao CONTRATADO, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, se:

- II.1 – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a dois anos.
- II.2 – dar causa à inexecução total do contrato, pelo prazo máximo de três anos.
- II.3 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de seis meses.
- II.4 – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de um ano.
- II.5 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de um ano.
- II.6 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo máximo de um ano.

III) A sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, será aplicada ao CONTRATADO se:

- III.1 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- III.2 – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III.3 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- III.4 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- III.5 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

IV) A multa será aplicada observando-se os seguintes parâmetros:

- IV.1 – Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela adimplida com atraso, até o limite de 30 (trinta) dias;
- IV.2 – Compensatória, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor adjudicado, se o CONTRATADO:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente

devidamente justificado;

IV.3 – Compensatória, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor adjudicado, quando o CONTRATADO não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV.4 – Compensatória, de 6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

IV.5 – Compensatória, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV.6 – Compensatória, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º/08/2013;
- f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

12.3. Para os fins da aplicação das sanções previstas neste instrumento, considera-se inexecução total do contrato:

I – Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

II – Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.4. Para os fins da aplicação da sanção de advertência considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.7. Para aplicação de qualquer penalidade contratual, é imprescindível a prévia instauração de processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, e observadas as disposições do Decreto Municipal nº 7589, de 27/12/2023, em especial a apresentação de defesa prévia escrita no prazo de 15 dias úteis do recebimento da notificação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

12.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada, preferencialmente por meio eletrônico, pela autoridade competente.

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS PRAZOS PARA RESPOSTA AOS PEDIDOS DE REAJUSTE

13.1. A revisão do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será respondido pelo Gestor do Contrato e pelo Secretário da pasta no prazo máximo de 30 dias, sendo a decisão, caso favorável, encaminhada para a Superintendência de Compras e Licitações para confecção de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Cachoeirinha, RS, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aqueles em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.5. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.6. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.7. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, permitindo auditorias solicitadas pelo contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Fazem parte integrante deste contrato todos os Termos de Referência.

16.2. E, por estarem justos e combinados e de comum acordo com todas as cláusulas e condições aqui previstas, fica lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que será assinado pelas partes interessadas.

Cachoeirinha/RS, de de 2026.

JUSSARA MARIA DA SILVA
Prefeita Municipal